

Economia está aderindo ao protecionismo

César Fonseca
Especial para o CORREIO

Apesar de no discurso oficial predominar o tom liberal, a prática da economia, no Brasil, assim como no mundo capitalista desenvolvido, está, pouco a pouco, comprovando que o predomínio começa a ser ganho pelo protecionismo, prenúncio do fortalecimento do discurso nacionalista. Os empresários das indústrias brasileiras, nos principais estados industrializados do País (São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, entre outros), estão conseguindo obter dos governadores apoio para adoção de medidas protecionistas para suas economias.

Neste momento, está em curso uma guerra declarada pela redução do ICMS. Começou com São Paulo. Enfrentando crescentes dificuldades para ampliar o mercado externo, que dá sinais de arrefecimento diante da recessão dos Estados Unidos, cujo reflexo é mundial, os industriais paulistas conseguiram do governador Luis Antônio Fleury o apoio para a redução desse imposto estadual. O argumento: menor carga tributária estimula a produção, as vendas e, consequentemente, aumenta a arrecadação. Assim, um recuo dos governos na cobrança dos impostos tornou-se tática para aumentar a entrada de dinheiro nos cofres públicos via Incremento das atividades produtivas.

Segundo os conselhos dos empresários, sob o argumento de que o recuo do mercado externo para as exportações deve ser compensado pelo esforço de aumentar as vendas no mercado interno, Fleury reduziu as alíquotas do ICMS para diversos produtos dos setores industriais e agrícolas. Essa arma utilizada pelo governo paulista tinha endereço certo: favorecer as mercadorias fabricadas pelas indústrias de São Paulo em relação aos seus concorrentes nos demais estados.

Imediatamente, os governadores atingidos pela estratégia de Fleury reagiram, e começaram, também, a reduzir o ICMS. Roberto Requião do Paraná, reduziu de 12 por cento para sete por cento as alíquotas do imposto in-

cidente sobre os produtos integrantes da cesta básica. Argumento: vencer a recessão para aumentar o nível de emprego no estado. Atingidos pela iniciativa do Paraná, Santa Catarina tomou decisão idêntica. O governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, autorizou o seu secretário de Fazenda, Roberto Brant, a agir no mesmo sentido. Rio Grande do Sul, idem. São Paulo que, inicialmente, estava penetrando mais agressivamente nos mercados desses estados, passou a enfrentar concorrentes igualmente aguerridos. E quem não baixou o ICMS estão sofrendo desgaste econômico e político, porque as indústrias locais fabricantes dos produtos similares aos de São Paulo estão sem preços competitivos e fechando suas portas, demitindo e criando, evidentemente, problemas sociais para os governadores.

A luz vermelha acendeu, também, para o governador Joaquim Roriz. Alarmado com notícias de que empresas industriais do DF estão perdendo concorrências realizadas pelo seu próprio governo para indústrias de São Paulo, começou a reagir. Depois de receber do presidente da Federação das Indústrias do DF, Antônio Fábio Ribeiro, a sugestão para baixar o ICMS sobre produtos da cesta básica do trabalhador brasileiro, de 17 para sete por cento, para proteger as indústrias e o nível de emprego locais, ordenou ao secretário de Fazenda, Everardo Maciel que tomasse providências nesse sentido. Na próxima reunião do Confaz, ele encaminhará reivindicação em favor da redução do ICMS para a cesta básica ao nível de 6,5 por cento. Como o número de apoio de 27 secretários de Fazenda à mesma dificilmente ocorrerá, em razão das disputas regionais existente dentro do órgão, muito provavelmente Roriz fará o mesmo que fizeram os governadores que até agora reduziram o ICMS: agir à revelia do Confaz, que por isso está falido.

A economia brasileira, assim, vai seguindo a tendência que se verifica nos países desenvolvidos, onde a prática protecionista está aumentando com o aprofundamento da recessão da economia americana.

